



GABARITO 01  
CADERNO DE QUESTÕES  
CONSULTOR LEGISLATIVO  
**TARDE**

**ÁREA: MEIO AMBIENTE**

ATENÇÃO

Sr. candidato,

Verifique se o tipo de gabarito constante em seu cartão-resposta corresponde ao da etiqueta colada na carteira e ao do caderno de questões recebido. Esses números deverão ser idênticos. Qualquer divergência informar, imediatamente, ao fiscal de sala e solicitar a devida correção.

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Atualidades	01 a 10
Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	11 a 30
Específico da Área de Conhecimento	31 a 60

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no seu CARTÃO-RESPOSTA, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

*As paixões ensinaram a razão aos homens.*

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha.
5. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do CARTÃO-RESPOSTA, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e sua assinatura na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, e disponibilizado, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

## ATUALIDADES

01. “Não há o que lamentar. Não importa em que direção, o mundo se move. Homens e mulheres vão e vêm de todos os lados do planeta, movendo-se literalmente ou através de sua imaginação.

Vamos, então, desmascarar o paradoxo de uma vez. Tudo circula: música, slogans de propaganda, turistas, bits de informação, filiais de indústrias; e, ao mesmo tempo, tudo parece estar coagulado, parado no mesmo lugar, as diferenças entre as pessoas e o estado das coisas atenuando-se cada vez mais”.

[GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006, p. 293]

Para Guattari, o fato que explica este estado de coisas é que:

- (A) os imigrantes se agruparam em guetos
- (B) as diferenças se anularam na proibidade
- (C) os espaços se tornaram estandardizados
- (D) as culturas se mostraram refratárias à diferença

02. “As mudanças climáticas podem matar 80% dos 600 mil pinguins imperiais até 2100, segundo um estudo publicado esta semana na revista *Nature Climate Change*. A maior ameaça às aves vem de alterações na cobertura do gelo no Oceano Antártico, o que afetará a criação dos filhotes e a alimentação da espécie. O ritmo do declínio populacional vai variar de acordo com as colônias, mas todas serão afetadas até o final do século”.

[NA ANTÁRTICA - Clima pode dizimar 80% dos pinguins imperiais. In: *Jornal O GLOBO*. Sociedade, 01/07/2014, p. 28]

Segundo Wagner Costa, em “A Ordem Ambiental Internacional”, a preocupação com a preservação das espécies ameaçadas de extinção, como a citada no texto acima, é uma demonstração de consciência ambiental, respeito à pluralidade de manifestações da vida no planeta e deve estar associada à discussão do seguinte valor:

- (A) genético
- (B) comercial
- (C) extrativista
- (D) humanitário

03. “Mesmo após a aprovação do novo Código Civil, a aplicação dos avanços da Constituição de 1988 encontrava entraves no Código Penal, que datava de 1940. Neste, constava o qualificativo: *mulher honesta*, que definia, para as mulheres o direito de ser, ou não, protegida, em caso de abuso, estupro ou fraude de cunho sexual. As modificações desse código, ocorridas em 2005, acarretaram, entre outras coisas, a retirada desse qualificativo, que, por sua vez, significou mudanças na punição de diversos crimes. [...] Também acabou com o artigo que apenas considerava crime o rapto de *mulher honesta*”.

[PEDRO, Joana. Mulheres. In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto*: 1987 - 2007. São Paulo: Contexto, 2007. p. 174-175]

Nesse novo Código Civil, deixou de ser considerada crime a seguinte prática:

- (A) aborto
- (B) adultério
- (C) meretrício
- (D) sadismo

04. “Os islandeses insurgiram-se, tal como pessoas em outros países, contra um setor do capitalismo financeiro especulativo que destruiu os meios de sustento do povo. Mas sua indignação veio da percepção de que as instituições democráticas não representavam os interesses dos cidadãos porque a classe política se tornara uma casta autorreprodutora que favorecia os interesses da elite financeira, assim como a preservação de seu monopólio sobre o Estado”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 46]

O fato histórico a que o texto se refere é conhecido como:

- (A) Sexta-Feira da Determinação
- (B) Revolução das Painelas
- (C) Revolta Islâmica
- (D) Debate do Povo

05. A atual Constituição Federal do Brasil estabelece a saúde como um direito universal e um dever constitucional de todas as esferas de governo, sendo o conceito de saúde ampliado e vinculado às políticas sociais e econômicas.

[Adaptado de: PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz. Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006, p. 17]

Nesse contexto, a assistência é concebida de forma:

- (A) esporádica e sanitária
- (B) contínua e voluntária
- (C) preventiva e curativa
- (D) alternativa e clínica

06. “Quando a internet alastrou-se no mundo como um ambiente de comunicação confiável, ponto a ponto, bilateral e acessível até mesmo para indivíduos, a partir das suas residências, estabeleceu-se um ambiente global muito mais favorável às organizações em rede do que para as organizações verticais de comando, claro está, que, para sua viabilização, precisamos considerar a democratização do acesso à internet como peça-chave para que a população possa ter a possibilidade de organizar-se de modo horizontal”.

[PRETTO, Nelson, PINTO, Claudio C. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006, p. 20]

Segundo os autores, para que se garanta esse acesso horizontal, não apenas de forma individualizada nas residências, mas com soluções de uso coletivo, aberto a quaisquer pessoas, a seguinte medida é de fundamental importância:

- (A) ampliação do consumo de bens eletrônicos
- (B) expansão da rede de fibra ótica no país
- (C) privatização dos meios de comunicação
- (D) desenvolvimento de políticas públicas

07. “A Adbusters publica *post* no blog criando a *hashtag* #occupywallstreet e convoca um protesto para 17 de setembro, em que “20 mil pessoas inundaram o *Lower Manhattan*. Montaram barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocuparam *Wall Street* pelo prazo de alguns meses”, exigindo “democracia, não corporocracia”, e afirmando que, a partir de sua “única e simples demanda, uma comissão presidencial para separar o dinheiro da política”, iriam “começar a estabelecer a agenda para uma nova América”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 207]

A convocação inicial para esta ocupação teve como pretensão:

- (A) restaurar a democracia tornando o sistema político independente do poder do dinheiro
- (B) anular as medidas parlamentares de ajuda às instituições financeiras norte-americanas
- (C) impedir o *impeachment* do presidente Obama acusado de má gestão governamental
- (D) recuperar a credibilidade do conceito de *self-made man*, típica da cultura americana

08. O processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização possui algumas características como a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional.

[Adaptado de: DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec.2006, p.121]

Entre os fatores responsáveis pela viabilização desse processo em países de diferentes continentes, destaca-se a:

- (A) falência das empresas transnacionais
- (B) crise da produção agromanufatureira
- (C) instabilidade da economia mundial
- (D) queda das barreiras protecionistas

09. Entre os novos e distintos fatores que tornaram possível o sucesso das revoltas populares na Tunísia em 2011, por um período prolongado, iniciando o movimento das lutas populares por democracia no mundo muçulmano que ficou conhecido como “Primavera Árabe”, destacaram-se a:

- (A) telefonia e a rede Al Bayan
- (B) internet e a rede Al Jazeera
- (C) juventude e a rede Al-Ahram
- (D) minoria sunita e a rede Avanzi

10. “Na verdade, o hábito herdado de nosso passado colonial do uso privado da coisa pública enraizou-se de tal maneira no Estado e na sociedade brasileiros que a própria ideia clássica de cidadania ganhou entre nós um sentido próprio, marcado pela confusão quase generalizada entre o que é próprio do ambiente doméstico-familiar (amigos inclusos) e aquilo que é específico do Estado”.

[MONDAINI, Marco. Direitos Humanos, In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 82]

Esse tipo de cidadania, em que as relações de caráter privado se impõem sobre as de caráter público é denominada:

- (A) patrimonialista
- (B) genética
- (C) regulada
- (D) substantiva

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO**

11. No Capítulo que trata dos direitos fundamentais, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro dispõe expressamente que:
- (A) o município criará formas de incentivo específicos, nos termos da lei, às empresas que apresentem políticas e ações de valorização social da mulher
  - (B) o município assegurará, aos portadores de deficiência, a possibilidade de recebimento de suas contas em braille, com desconto de 20%
  - (C) o município buscará garantir a integridade da fauna, vedada a prática de meios cruéis que violem os direitos fundamentais dos animais
  - (D) o município buscará assegurar o recebimento de bengalas aos portadores de deficiência de baixa renda que necessitarem
12. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro veda expressamente ao Município:
- (A) criar ou manter, com recursos públicos, carteiras especiais de assistência social
  - (B) pagar mais de dois proventos de aposentadoria a ocupante de função ou cargo público
  - (C) alienar áreas e bens imóveis sem a aprovação da maioria dos membros da Câmara Municipal
  - (D) alienar bens imóveis sem a aprovação de 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal
13. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é da competência exclusiva da Câmara Municipal:
- (A) decidir sobre a perda de mandato de Vereador, pelo voto secreto de dois terços dos seus membros, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica
  - (B) fixar a remuneração dos vereadores em cada legislatura, para a subsequente, no primeiro período legislativo ordinário do último ano de cada legislatura
  - (C) representar ao Procurador-Geral de Justiça, mediante aprovação de um terço dos seus membros contra o Prefeito por crime ou ato de improbidade
  - (D) conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços à causa da humanidade, mediante decreto aprovado por dois terços dos membros
14. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Município reger-se-á por:
- (A) lei ordinária votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (B) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (C) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (D) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
15. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que a Câmara Municipal:
- (A) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus servidores
  - (B) não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
  - (C) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
  - (D) não gastará mais de sessenta e cinco por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus servidores
16. Segundo as normas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, se o Presidente da República considerar o projeto de lei no todo ou em parte inconstitucional promoverá:
- (A) a sanção parcial, no prazo de 30 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 3 dias, ao Presidente do Senado Federal os motivos da sanção parcial
  - (B) o veto total, no prazo de 10 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 5 dias úteis, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos do veto
  - (C) o veto, total ou parcial, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto
  - (D) a sanção, total ou parcial, no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 24 horas, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos de eventual veto

17. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), o estágio probatório é:
- (A) o período de dois anos a contar da data da nomeação, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (B) o período de três anos a contar da data da posse, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (C) o período de três anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (D) o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
18. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), à funcionária gestante será concedida, mediante inspeção médica:
- (A) licença de até 3 meses, sem prejuízo do cargo e do salário
  - (B) licença com vencimento integral, pelo prazo de seis meses
  - (C) licença de até 120 dias, sem prejuízo do cargo e do salário
  - (D) licença com vencimento integral, pelo prazo de cinco meses
19. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a pena de suspensão é cabível no caso de:
- (A) reincidência em falta já punida com repreensão
  - (B) desobediência ou falta de cumprimento de deveres
  - (C) reincidência de transgressão punível com advertência
  - (D) negligência, imprudência ou imperícia na atividade funcional
20. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), o orçamento anual poderá conter dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, sob a denominação:
- (A) reserva de contingência
  - (B) crédito extraordinário
  - (C) crédito estratégico
  - (D) reserva adicional
21. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), a realização da despesa compreende três fases denominadas:
- (A) arrecadação, execução e pagamento
  - (B) empenho, execução e pagamento
  - (C) empenho, liquidação e pagamento
  - (D) empenho, dotação e liquidação
22. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro sobre as comissões permanentes, é possível afirmar que:
- (A) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, três comissões permanentes, não podendo, todavia, pertencer a mais de cinco, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (B) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de quatro, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (C) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de duas, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (D) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de três, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
23. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Comissão de Defesa da Mulher será ocupada:
- (A) prioritariamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
  - (B) exclusivamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
  - (C) prioritariamente por mulheres comuns vítimas de violência doméstica
  - (D) preferencialmente por mulheres com notável conhecimento de causa
24. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o processo simbólico de votação consiste na:
- (A) simples apuração dos votos favoráveis, contrários, em branco ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum especial de votação ou quando solicitada a verificação nominal de matérias de maioria simples
  - (B) simples apuração dos votos favoráveis, contrários ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum simples de votação ou quando solicitada a verificação nominal simbólica de matérias de maioria simples
  - (C) simples contagem de votos favoráveis e contrários, que será efetuada pelo Presidente, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado
  - (D) simples votação por arrastamento que será efetuada pelo vereador mais antigo, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado

25. De acordo com as disposições expressas da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida:
- (A) pela ação fiscalizadora sobre a administração e pelo controle do voto, dentre outros
  - (B) pela participação nas decisões do Município e pelas políticas públicas, dentre outros
  - (C) pela iniciativa popular, pelo plebiscito e referendo e pelas políticas públicas, dentre outros
  - (D) pelo voto direto e secreto com valor igual para todos e pelo sufrágio universal, dentre outros
26. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal tem sede no:
- (A) Palácio Marcelo Alencar
  - (B) Palácio Pedro Ernesto
  - (C) Palácio Guanabara
  - (D) Palácio Tiradentes
27. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que:
- (A) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos prefeitos
  - (B) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta por cento do subsídio dos prefeitos
  - (C) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos deputados estaduais
  - (D) em Municípios de mais de quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a sessenta e cinco por cento do subsídio dos deputados estaduais
28. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão prescreverá em:
- (A) dois anos
  - (B) três anos
  - (C) quatro anos
  - (D) cinco anos
29. A Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), no capítulo que trata dos contratos administrativos, estabelece expressamente que:
- (A) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação pelo período de doze meses, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
  - (B) os contratos poderão ter vigência indeterminada ou determinada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a noventa dias, salvo disposição contrária de lei
  - (C) os contratos poderão ter vigência indeterminada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a quarenta e cinco dias, salvo disposição contrária de lei
  - (D) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação por igual período, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
30. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, é possível afirmar que os projetos de lei de iniciativa da Câmara Municipal:
- (A) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria dos vereadores presentes
  - (B) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, de três quintos dos vereadores
  - (C) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores
  - (D) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores

**ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO: MEIO AMBIENTE**

31. Segundo o Manual de gerenciamento de áreas contaminadas da CETESB, “o solo foi considerado por muito tempo um receptor ilimitado de substâncias nocivas descartáveis, como o lixo doméstico e os resíduos industriais”. Essa consideração está baseada:
- (A) no excesso de terras existentes no planeta
  - (B) na escassez de recursos para tratamento do solo
  - (C) no poder tampão e no potencial de autodepuração do solo
  - (D) na ausência de tecnologia adequada para tratamento do solo
32. De acordo com o preconizado pela Lei 9.605/1998, se o crime ambiental tornar uma área urbana ou rural imprópria para a ocupação humana e o infrator comprovar que não houve dolo, a pena prevista será a:
- (A) detenção de seis meses a dois anos e multa
  - (B) reclusão de dois a quatro anos e multa
  - (C) detenção de dois a cinco anos
  - (D) reclusão de um a cinco anos
33. É uma fonte de poluição atmosférica causada pela eructação dos rebanhos bovinos (arroto dos bois):
- (A)  $CS_2$
  - (B)  $N_2O$
  - (C) gás metano
  - (D) gás sulfídrico
34. Em relação à chuva ácida, é correto afirmar que:
- (A) é uma consequência direta do efeito estufa
  - (B) pode causar a solubilização de metais pesados
  - (C) é causada pela água das chuvas aumentando o pH nas precipitações
  - (D) as fontes poluidoras estão sempre próximas e nunca a grandes distâncias
35. É uma medida direta de controle da poluição atmosférica:
- (A) a retenção do poluente após a geração através de equipamentos de controle da poluição do ar
  - (B) a introdução de soda no processo de produção da celulose para redução do gás sulfídrico
  - (C) a boa operação e a manutenção de equipamentos produtivos
  - (D) a eliminação da adição de chumbo tetraetila na gasolina
36. Em uma área sujeita a terremotos, dois eventos naturais podem produzir a ruptura de uma barragem: a ocorrência de uma enchente maior do que a cheia de projeto do vertedouro (evento A) ou o colapso estrutural devido a um terremoto destrutivo (evento B). Com base em dados anuais observados, foram estimadas as seguintes probabilidades:  $P(A) = 0,02$  e  $P(B) = 0,01$ . Tendo em vista essas estimativas, a probabilidade de a barragem se romper em um ano qualquer é:
- (A) 10%
  - (B) 20%
  - (C) 15%
  - (D) 30%
37. Alguns dos instrumentos preconizados na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), por ocasião da promulgação da lei nº 6.938 (1981), são:
- (A) o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, a avaliação de impactos ambientais e o planejamento territorial por meio do parcelamento do solo urbano
  - (B) a avaliação de impactos ambientais, o licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras e o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental
  - (C) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, o planejamento territorial por meio do parcelamento do solo urbano e a avaliação de impactos ambientais
  - (D) o planejamento territorial por meio do parcelamento do solo urbano, o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental e o licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras
38. A análise ambiental de cenários e impactos cumulativos e sinérgicos de políticas existentes ou planejadas, planos e programas de desenvolvimento previstos para uma bacia hidrográfica, em um contexto de desenvolvimento sustentável, objetivando orientar tomadas de decisão e visando à compatibilização do uso e conservação dos recursos naturais da bacia hidrográfica, é conhecida como:
- (A) Avaliação Ambiental Integrada
  - (B) Relatório de Impacto Ambiental
  - (C) Licenciamento Ambiental
  - (D) Medida Compensatória

39. As unidades integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e a Compensação Ambiental (SNUC) se dividem em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. É uma unidade de uso sustentável do SNUC:
- (A) o Parque Nacional
  - (B) a Reserva Biológica
  - (C) a Estação Ecológica
  - (D) a Área de Proteção Ambiental
40. O Código Florestal criou espaços territoriais especialmente protegidos e definidos como áreas cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Esses espaços são conhecidos como:
- (A) *brownfields*
  - (B) áreas de preservação permanente
  - (C) zonas ecológico-econômicas (ZEE)
  - (D) áreas verdes de cunho privado maiores que 10 hectares
41. O Plano de Controle Ambiental (PCA), que visa ao licenciamento ambiental de extração mineral proposto pela resolução CONAMA 009/90, é apresentado por ocasião da:
- (A) requisição da licença de instalação
  - (B) concessão da licença de operação
  - (C) requisição da licença de operação
  - (D) requisição da licença prévia
42. O instrumento orientador da elaboração de qualquer tipo de estudo ambiental, que tem como objetivo estabelecer diretrizes, conteúdo e abrangência do estudo exigido do empreendedor, é conhecido como:
- (A) licença ambiental
  - (B) plano de contingência
  - (C) termo de referência (TR)
  - (D) relatório de controle ambiental (RCA)
43. A Lei 6.938 (1981), por ocasião da criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), instituiu previamente como órgão executor desse sistema:
- (A) IBAMA
  - (B) CONAMA
  - (C) Conselho de Governo
  - (D) Ministério do Meio Ambiente
44. Segundo o código de minas, o órgão responsável pela gestão do patrimônio mineral brasileiro, com competência para promover a concessão relativa ao aproveitamento dos recursos minerais, excetuando os sítios arqueológicos, e baixar normas em caráter complementar, exercendo a fiscalização sobre o controle ambiental das atividades de mineração, em articulação com os outros órgãos responsáveis pelo meio ambiente, é o (a):
- (A) Agência Nacional de Mineração (ANM)
  - (B) Secretaria do Patrimônio da União (SPU)
  - (C) Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM)
  - (D) Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)
45. Segundo Zarpelon (2006), o conceito de desenvolvimento sustentável expande-se em três dimensões. São elas:
- (A) política, econômica e ambiental
  - (B) econômica, ambiental e social
  - (C) social, política e econômica
  - (D) ambiental, social e política
46. A outorga de direito de uso de recursos hídricos, conforme preconizado na Lei 9.433 (1997), tem como objetivo:
- (A) conceder um prazo mínimo não renovável para utilização dos recursos hídricos pelos usuários
  - (B) sustentar as comunidades ribeirinhas e estabelecer um preço justo para os demais usuários
  - (C) garantir o retorno econômico aos usuários dos projetos financiados com recursos públicos
  - (D) assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água
47. O canal de participação da comunidade nas decisões em nível local no processo de licenciamento ambiental de um empreendimento é o (a):
- (A) estudo de impacto ambiental
  - (B) termo de referência
  - (C) audiência pública
  - (D) análise de riscos
48. Em relação aos indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis, é correto afirmar que esse instrumento:
- (A) aborda como subtema as práticas anticorrupção
  - (B) prioriza os aspectos financeiros na avaliação dos indicadores de sustentabilidade
  - (C) é uma ferramenta de gestão não gratuita para medição do desempenho das empresas
  - (D) é convergente com a norma ISO 31.000 que trata da Responsabilidade Social Corporativa



49. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos, preconizado pela Lei 12.305 (2010), tem prazos de vigência, horizonte e atualização, respectivamente de:
- (A) 5 anos, indeterminado e 2 anos
  - (B) 10 anos, 10 anos e 2 anos
  - (C) 20 anos, indeterminado e 4 anos
  - (D) indeterminado, 20 anos e 4 anos
50. De acordo com a Lei 9.433/97, que trata dos recursos hídricos e de código das águas, o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos:
- (A) garantir qualidade compatível às águas com os usos mais exigentes a que forem destinadas e acumular água de mananciais existentes em locais de difícil acesso
  - (B) assegurar o uso de recursos hídricos pelos núcleos populacionais do meio rural e realizar a descontaminação da água de esgotos
  - (C) garantir a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final e aproveitar o potencial hidrelétrico com maior eficiência
  - (D) assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água
51. Para efeito da NR-9, que trata do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador. Três exemplos de agentes físicos são:
- (A) poeira, fumo e temperaturas extremas
  - (B) ruídos, vibrações e radiações ionizantes
  - (C) bactérias, neblinas e gases poluentes
  - (D) vírus, fungos e pressões anormais
52. A NR15 trata de atividades e operações insalubres e estabelece limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente. Nesse contexto, para uma atividade que dure 8 horas como máxima exposição diária permissível, o nível de ruído em decibéis - dB é igual a:
- (A) 70
  - (B) 75
  - (C) 80
  - (D) 85
53. De acordo com a Lei 12.651/12 que trata do Código Florestal Brasileiro, é considerada uma atividade de baixo impacto ambiental:
- (A) a abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d'água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável
  - (B) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios, saneamento, gestão de resíduos, energia e telecomunicações
  - (C) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente, mesmo que prejudique a função ambiental da área
  - (D) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas, desde que direcionada para a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água
54. De acordo com o art. 11 da Lei 11.455/04 que trata da Política Nacional de Saneamento Básico, uma das condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico é a existência de:
- (A) plano de saneamento básico, desde que elaborado pelo órgão municipal de auditoria e controle
  - (B) atas que comprovem a realização de assembleias sobre o edital de licitação, no caso de concessão do serviço a terceiros
  - (C) estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico
  - (D) normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes da Lei, desde que não incluam a designação da entidade de regulação e de fiscalização

55. De acordo com o art. 5º da Lei 11.105, de 2005 - Lei de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados – OGM, é permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições:

- sejam embriões inviáveis; ou
- sejam embriões congelados há n anos/meses ou mais, na data da publicação dessa Lei, ou que, já congelados na data da publicação da Lei, depois de completarem n anos/meses, contados a partir da data de congelamento.

Nesse caso, o valor de n é igual a:

- (A) dois anos
- (B) três anos
- (C) seis meses
- (D) nove meses

56. De acordo com o art. 4º para os efeitos da Lei 9.966/2000, que trata da poluição causada por óleo, as substâncias nocivas ou perigosas são classificadas em categorias, conforme o risco produzido quando descarregadas na água. Nesse contexto, quando a poluição for de médio risco tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático, será classificada na seguinte categoria:

- (A) C
- (B) A
- (C) D
- (D) B

57. A reciclagem começa com a coleta seletiva, que é a separação e o recolhimento, desde a origem, dos resíduos sólidos potencialmente recicláveis. Para tanto, é preciso a parceria entre governos, empresas e sociedade civil. A coleta é efetuada por diferentes tipologias dos resíduos sólidos, segundo uma Resolução CONAMA que estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. Nesse contexto, para resíduos perigosos e radioativos devem ser utilizadas, respectivamente, as seguintes cores:

- (A) laranja e roxo
- (B) preto e laranja
- (C) roxo e vermelho
- (D) vermelho e preto

58. As siglas EIA e RIMA, que são bastante difundidas atualmente, referem-se ao Estudo de Impacto Ambiental e ao Relatório de Impacto Ambiental. Um EIA inclui no roteiro de execução uma etapa denominada “medidas mitigadoras”, que possui o seguinte significado:

- (A) utilizar os planos e programas governamentais, no desenvolvimento do projeto
- (B) avaliar o impacto negativo buscando evitá-lo e corrigi-lo, visando recuperar o ambiente
- (C) identificar as vantagens e desvantagens do projeto, para os diversos segmentos sociais
- (D) vistoriar a área e emitir o diagnóstico ambiental, abrangendo os meios biológico e socioeconômico

59. De acordo com o Art. 42 da Lei nº 9.605 de 12/08/1998, que trata dos crimes ambientais, para os casos em que haja, comprovadamente, participação em ações relativas a “fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento”, a pena prevista é:

- (A) detenção de um a três anos ou multa ou ambas cumulativamente
- (B) prisão em separado de seis meses a um ano e multa
- (C) reclusão de dois a quatro anos e multa
- (D) advertência ou multa

60. De acordo com o Art. 3º da Lei 12.651/12 que trata do Código Florestal Brasileiro, um termo define a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Esse termo é conhecido por:

- (A) Reserva Legal
- (B) Amazônia Legal
- (C) Área de Preservação Permanente
- (D) Área de Preservação Ambiental